

Tribuna Parlamentar

INFORMATIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

alepe.pe.gov.br

A luta pela inclusão

Da escola ao mercado de trabalho, pessoas com deficiência enfrentam, todos os dias, desafios para realizar atividades simples, como se locomover, ver um filme ou receber atendimento médico. Nesta edição especial – feita em formato de leitura para pessoas com baixa visão –, confira estatísticas, estudos, leis e, principalmente, histórias de vida que inspiram reflexões e práticas para uma sociedade mais igualitária.

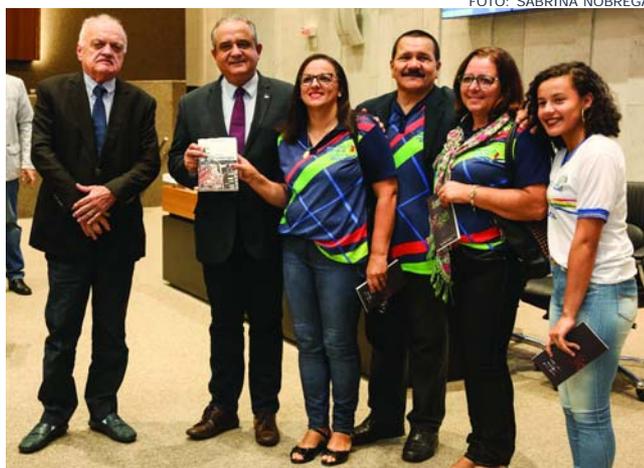


Na foto, Juliana Souza Pereira com o filho Angel Gabriel

ACONTECEU NA ALEPE

Parceria com TRF5 para Aula de Cidadania

Criada pela Assembleia com o objetivo de mostrar o funcionamento do Poder Legislativo a alunos da Rede Pública Estadual, a Aula de Cidadania terá alcance ampliado. Além das sedes da Alepe, do Governo do Estado (Palácio do Campo das Princesas) e do Tribunal de Justiça de Pernambuco, os estudantes passarão a conhecer o Tribunal Regional Federal da 5ª Região. A novidade começou no dia 26 de outubro, com a participação da Escola de Referência Abílio de Souza Barbosa, de Orobó (Agreste Setentrional). “A iniciativa é importante, pois temos a oportunidade de proporcionar aos alunos uma visita aos três poderes”, destacou o presidente da Casa, deputado Guilherme Uchoa (PDT).



Retomada da produção de TV

Desde setembro, a Alepe voltou a produzir conteúdos televisivos. Um resumo das Reuniões Plenárias está sendo transmitido em rede aberta na Região Metropolitana do Recife, pela TV Alepe (canal 28.2), e pela TV Pernambuco no Interior. Também é possível acompanhar a transmissão ao vivo no site www.alepe.pe.gov.br.

EM FOCO

Superando o medo da diferença

Mostrar que pessoas com a síndrome de Down são capazes de desenvolver, normalmente, atividades como estudar, trabalhar ou brincar é a principal mensagem do documentário *Do Luto à Luta (2006)*. Produzido pelo cineasta Evaldo Mocarzel, que é pai de uma garota com a condição, o filme tenta fazer com que a sociedade deixe de enxergar a pessoa com deficiência como alguém incapaz. Questões como o preconceito linguístico e o uso de termos pejorativos para se referir a quem tem Down perpassam a obra, que reúne depoimentos de pais que, assim como Mocarzel, tiveram dificuldades em lidar com a notícia.



Fique Sabendo

O papel das famílias como cuidadoras das crianças com deficiência também é abordado no documentário. Confira o trailer:



VOCÊ NA ALEPE

“O impacto da privatização de bancos públicos para a população é muito grande. A audiência pública sela o compromisso desta Casa de lutar contra isso, já que tem a missão de atuar na defesa dos interesses da sociedade.”



Suzineide Rodrigues

Presidente do Sindicato dos Bancários de Pernambuco, na audiência pública promovida pela Comissão de Administração da Alepe, no dia 18 de setembro, em defesa dos bancos públicos brasileiros.

“Se for aprovado sem discussão com a categoria, o projeto de lei que regulamenta nossa profissão será uma medida autoritária e antidemocrática. Estamos nos posicionando contra o conteúdo dessa proposta.”



Lucas de Souza

Estudante de Pedagogia, durante debate da Comissão de Educação, em 4 de outubro, sobre o Projeto de Lei Federal nº 6847/2017, que trata das atribuições profissionais e propõe criar um Conselho Federal de Pedagogia.

Acompanhe também os perfis da Alepe nas redes sociais e fique por dentro das atividades que acontecerem dentro da Casa. Além de informar, as plataformas facilitam a participação dos cidadãos no Legislativo, construindo debates e colaborando com decisões importantes na vida do povo pernambucano.



alepeoficial



assembleiape



fotoalepe



Desafios e superações

Pessoas com deficiência enfrentam dificuldades diárias para realizar tarefas simples e acessar direitos

AMANDA SILVA

Andar de ônibus, pedir informação no aeroporto, explicar os sintomas ao médico. Situações corriqueiras como essas podem se tornar um grande transtorno para 23,9% da população. São os 45,6 milhões de pessoas no País que apresentam alguma deficiência, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“Aconteceu comigo de passarem quatro coletivos e dizerem que o elevador não estava funcionando. Essas situações fazem a gente se sentir um lixo”, lamenta a profissional de Marketing Vasti Araújo. Há duas décadas, após ser vítima de atropelamento, ela passou a usar cadeira de rodas para se locomover.

O músico Paulo Tavares, que teve a perda da visão aos 24 anos, em decorrência do glaucoma, compartilha da dificuldade. “É um constrangimento. Muitas vezes, chego



FOTO: KEROL CORREIA

Uso do transporte público é uma das principais dificuldades que Vasti enfrenta no dia a dia

à integração no horário certo, mas meu ônibus encosta longe da parada e eu o perco”, conta.

Já para a técnica de suporte Eduarda Buás, que perdeu a audição ainda criança, o atendimento em situações do dia a dia precisa melhorar. “Nos hospitais, por exemplo, deveria haver pelo menos um intérprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais). As legendas e placas também poderiam ser mais visíveis”, destaca.

A inserção no mercado de trabalho é outra barreira comum. Com o apoio da Associação Pestalozzi do Recife, entidade sem fins lucrativos, João Marcelo Mansi, que tem deficiência intelectual, conseguiu se capacitar e obteve o primeiro estágio: “Tiro xerox, digitalizo e entrego os avisos nas sa-

las. Gosto de fazer essas coisas”, diz o rapaz.

Nos últimos anos, a temática da acessibilidade vem se fortalecendo, com novas leis e políticas públicas que buscam garantir inclusão social, a exemplo do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº 13.146/2015). Na Alepe, funciona, desde abril deste ano, uma Frente Parlamentar dedicada a discutir assuntos relacionados a essa população. “Decidimos congregar em um espaço só as demandas e, ao mesmo tempo, fazer um diagnóstico da situação no Estado”, pontua a deputada Terezinha Nunes (PSDB), coordenadora do colegiado.

Leia mais

● EDUCAÇÃO

Escola com barreiras

Apesar das garantias legais, crianças com deficiência encaram obstáculos da matrícula ao cotidiano escolar

MARCOS MIGUEL

O menino João Pinheiro brincava com os colegas no pátio da escola, em Olin-da, na Região Metropolitana do Recife, quando foi advertido aos gritos pela professora: “João, não! João, não!”. Era 19 de abril de 2016, Dia do Índio, e todos da turma haviam recebido um cocar – menos ele. Ao tentar puxar o adorno de outra criança, veio a repreensão.

Mãe do garoto, a funcionária pública Islênia Pinheiro chegava para buscá-lo e pôde ouvir tudo ainda da rua. A experiência foi traumática: “Eu disse para a professora que gritar com autista era a mesma coisa que gritar com surdo. E que, a partir daquele dia, meu filho não pisaria mais ali”, revela. Não foi o primeiro episódio de exclusão vivenciado pelo menino, diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A luta pelo direito à educação também marcou a história de



FOTO: GIOVANNI COSTA

Islênia, mãe de João: “Minha trajetória com instituições de ensino é muito dolorosa e difícil”

Amanda de Moraes, com síndrome de Down. Formada em pedagogia e pós-graduada em Educação Especial, ela conta que não foi aceita em colégios tradicionais da Zona Norte do Recife. “Falta preparo do professor e incentivo, além de sensibilização da sociedade”, ressalta.

A mudança dessa realidade é uma das metas do Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 13.005/2014). Pela norma, o Brasil tem até 2024 para universalizar o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado para a população com deficiência. O sistema escolar inclusivo deve apresentar salas com recursos multifuncionais, classes

e serviços especializados para esse público.

Em Pernambuco, soma-se à atuação do Poder Público o trabalho do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), que estimula municípios a implementar políticas públicas que garantam direitos previstos em convenção internacional sobre o tema. “A gente vai ajudar as prefeituras com práticas e formação on-line para a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência por meio da Educação Física escolar”, afirma o chefe de Educação e Parcerias do Unicef no Brasil, Italo Dutra.

Leia mais



Aula de esporte, lição de cidadania

Lei estadual exige que escolas pernambucanas ofereçam Educação Física adaptada a alunos com deficiência

IVANNA DE CASTRO

Vice-campeã brasileira de bocha adaptada nas Paraolimpíadas Escolares do ano passado, a estudante Andreza Vitória Ferreira, 16 anos, apenas observa os colegas de turma se exercitarem durante as aulas de Educação Física da escola pública onde estuda, no Recife. “Queria que o colégio oferecesse alguma atividade de que eu pudesse participar”, conta.

Os bons resultados esportivos da jovem, que é cadeirante e tem problemas na fala em virtude de uma síndrome neurológica, são fruto da participação no Projeto Paratleta UFPE, da Universidade Federal de Pernambuco. “A bocha mudou a vida de Andreza. Minha filha era tímida, pouco comunicativa. Hoje, viaja pelo Brasil para competir”, diz a mãe da estudante, Maria das Graças Ferreira.

Diferentemente de Andreza, Alice Reis Goulart, 7 anos, conta



FOTO: JARBAS ARAÚJO

Professor de Alice adaptou fundamentos do vôlei para crianças jogarem juntas na aula de Educação Física do colégio

com estímulo na própria escola. Cadeirante e sem os membros superiores, a aluna do Colégio Apoio, no Recife, diverte-se com os colegas de sala durante a atividade “vôlei bolão”, modalidade que usa bola grande e leve, rede mais baixa e regras adaptadas. “Não existe um manual de atividade física para alunos com deficiência. Nossa equipe está sempre dialogando e experimentando possibilidades diferentes e inclusivas”, explica o educador físico e professor de Alice, André Fernandes de Almeida.

“O olhar especial não significa uma aula entediante para os demais alunos. Buscamos estimular nos estudantes não uma relação de pena, mas de respeito e de entendimento dos limites

do outro”, complementa a diretora da escola, Rejane Maia.

Para que todo jovem com deficiência tenha o direito de participar efetivamente das aulas de Educação Física, a Alepe aprovou, em maio deste ano, a Lei nº 16.043/2017. A norma, proposta pelo deputado Joel da Harpa (PODE), obriga instituições de ensino a ofertarem programas de educação física adaptados. “Observamos os excelentes resultados alcançados por atletas nas Paraolimpíadas e verificamos a importância de se estimular atividade física inclusiva desde o início da vida escolar do indivíduo”, relata.

 Leia mais



● EMPREGO

Inserção profissional esbarra no preconceito

Discriminados da capacitação ao recrutamento, deficientes visuais lutam para ingressar no mercado de trabalho

ANA LÚCIA LINS

Em 1992, a massoterapeuta Rita de Cássia Falcão Bastos teve o primeiro contato com a massagem ayurvédica e apaixonou-se. Buscou qualificação e, atualmente, atua na área. “Eu tinha um lugar que seria o meu escritório de contabilidade, mas vendi para investir nisso. Não me arrependo”, garante.

A história de Rita, que já chama atenção pela realização profissional, também é um relato de superação: ela tem deficiência visual, assim como outros 72 milhões de pessoas que possuem algum tipo de limitação na vista, segundo dados da última Pesquisa Nacional de Saúde, realizada em 2013, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Lei Federal nº 8.213/1991 – chamada Lei de Cotas – obriga



FOTO: JOÃO BITA/ARQUIVO

Rita de Cássia abriu mão da carreira em contabilidade para apostar no sonho de ser massoterapeuta

empresas com mais de cem funcionários a reservar de 2% a 5% das vagas do quadro de efetivos para pessoas com deficiência. Mas o cumprimento está longe de ser ideal. Pesquisa conjunta feita pela Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH), i.Social e pela empresa Catho apontou que 81% dos recrutadores contratam pessoas com deficiência “só para cumprir a lei”.

A qualificação continua sendo o maior desafio. Mantido pela Santa Casa de Misericórdia e por meio de doações, o Instituto dos Cegos do Recife (ICR) realiza, há 108 anos, cursos para capacitar profissionais e facilitar a inserção no mercado.

“Muitas vezes, eles chegam cabisbaixos, dizem que não querem viver”, comenta a diretora da instituição, irmã Maria Gomes. “Depois, o aluno começa a deslanchar, sorrir, se enturmar.”

Entre eles está o universitário Marcelo Antônio, que ficou deficiente visual há quatro anos e, atualmente, está em busca de emprego. “Vou correr atrás. Eu fazia o curso de Direito e vou terminá-lo. Quero pleitear uma vaga, também, na área administrativa ou de assistência social”, afirma.

Leia mais



● CULTURA

Pelo direito a diversão e arte

Demanda por equipamentos e produções culturais acessíveis cresce, motivando mudança de paradigmas no setor

EDSON ALVES JR.

José Diniz nunca admitiu que a deficiência visual o impedisse de curtir a vida. Nem sempre, porém, os equipamentos culturais contribuíram para isso. “A maioria dos teatros e cinemas de Pernambuco não tem uma rotina de acessibilidade”, relata ele, que preside a Associação Pernambucana de Cegos (Apec).

“Ainda sofremos com a falta de legenda em filmes em português e de intérpretes de Libras em museus”, reforça René Ribeiro Hutzler, presidente da Associação de Surdos de Pernambuco (Asspe). “Sem inclusão educacional e no mercado de trabalho, fica complicado sequer pensar no acesso à cultura”, opina.

Medidas destinadas a garantir que a pessoa com deficiência



FOTO: ALZIO DIAS/DIVULGAÇÃO

Festival VerOuvindo é exemplo de evento cultural inclusivo

auditiva possa usufruir de equipamentos culturais e de lazer estão previstas na Lei Estadual nº 15.896/2016, do deputado Beto Accioly (PSL). Pela matéria, teatros e cinemas são obrigados a disponibilizar os meios para que esse segmento possa conferir os espetáculos.

Uma iniciativa que busca transformar esse cenário em realidade é o Projeto Alumiar, da Fundação Joaquim Nabuco. Ao longo do mês de novembro, o Cinema da Fundação oferece sessões quinzenais com sistemas de audiodescrição, legendas e Libras. Serão apresentados 20 longa-metragens nacionais com acessibilidade promovida por uma equipe especializada.

Leia mais



Documento Histórico

Cotas no serviço público

A intervenção da sociedade civil no debate em torno da Constituição Federal de 1988 fez com que políticas de inclusão fossem previstas no texto. Antecipando a matéria, em 1985, a Alepe promovia um Grande Expediente Especial para celebrar o Dia Nacional de Luta das Pessoas Deficientes.

Um dos pleitos trazidos, na ocasião, pelo coordenador da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos, Messias Tavares de Souza, dizia respeito a cotas para pessoas com deficiência no quadro de funcionários públicos do Estado.

A demanda só seria atendida quatro anos mais tarde, após a promulgação da Constituição Estadual, que previu reserva de 3% e mínimo de uma vaga. Atualmente, o percentual é de 5%.

Leia mais



CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo. Diário Oficial do Poder Legislativo de setembro de 1985. Acervo do Arquivo Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

● FAMÍLIA

Cuidar de quem cuida

Mães de crianças com deficiência cobram políticas públicas que ampliem direitos e garantam qualidade de vida

ANDRÉ ZAHAR

“ Eu passeio, brinco com ela, a gente vai pra praia ‘queimar o bumbum’... Ela é muito carinhosa comigo.” Jamile Vitória Soares Silva, 8 anos, chega a suspirar quando fala sobre a mãe, Fabiana Lima Soares. A menina tem uma deficiência rara e, por isso, demanda cuidados constantes.

Mãe de outros quatro filhos, Fabiana descobriu a malformação de Jamile durante a gravidez. Para lidar com a nova realidade, precisou de apoio psicológico. “Hoje ela é meu orgulho, é tudo pra mim. A minha força de vontade de viver é grande, pra cuidar dela”, afirma.

A história evidencia a transformação na vida da família de uma pessoa com deficiência. Além de executar tarefas para as quais não foram capacitados, como administrar medicamentos e rotinas de nutrição, parentes se desdobram para levar os filhos em consultas



FOTO: KEROL CORREIA

Para lidar com a condição da filha Jamile, Fabiana buscou apoio: “Hoje ela é meu orgulho, é tudo pra mim”

e exames, além de sessões de fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e psicologia. As atividades chegam a ser executadas de forma solitária e ininterrupta, quase sempre por mulheres.

Em agosto, a Comissão de Cidadania da Alepe debateu a criação de uma política estadual de proteção, valorização e habilitação do cuidador com laços afetivos, a partir do Projeto de Lei nº 1416/2017. Autora da proposição, considerada inconstitucional pela Comissão de Justiça, a deputada Socorro Pimentel (PSL) diz que a intenção era dar amparo legal e favorecer a capacitação: “Buscava proporcionar assistência para que eles tivessem uma melhor qualidade de vida”.

Naquele mesmo mês, a Casa aprovou a Lei Complementar nº 371/2017, de autoria do Poder Executivo, que garante o direito a horário especial, sem diminuição de salário ou necessidade de compensação, para servidores públicos do Estado que tenham filhos com deficiência. Uma das idealizadoras da norma foi a procuradora do Estado Izabel Cristina dos Santos, mãe de Samuel, 13 anos, que possui Transtorno do Espectro Autista (TEA). “Estar próximo da pessoa com deficiência é determinante para o sucesso das terapias”, explica.

Leia mais

